



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

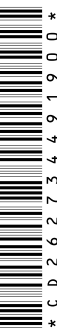
REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2026 (Do Sr Capitão Alden)

Requer informações ao Ministro da Defesa acerca de supostas instalações com participação chinesa no território nacional, mencionadas em relatório produzido por grupo do Congresso dos Estados Unidos, bem como sobre eventuais implicações para a soberania e a segurança nacional brasileira.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que seja encaminhado o presente Requerimento de Informação ao Ministério da Defesa, para que preste esclarecimentos formais acerca de relatório elaborado por grupo vinculado ao Congresso dos Estados Unidos, amplamente divulgado pela imprensa nacional, segundo o qual existiria, no Brasil, estrutura classificada como “instalação não oficial” vinculada à República Popular da China, com potencial capacidade de monitoramento espacial e possíveis implicações estratégicas.

De acordo com matéria publicada pelo portal Poder360, o relatório menciona a chamada “Estação Terrestre de Tucano”, instalada na sede da empresa Alya Space, em Salvador (BA), além de referências a cooperações tecnológicas com empresas chinesas no setor aeroespacial.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Considerando que infraestrutura espacial possui reconhecido caráter de uso dual — com aplicações civis e potenciais repercussões estratégicas e militares — e que o tema envolve soberania nacional, defesa do território e proteção de dados sensíveis, requer-se:

1. Se o Ministério da Defesa tem conhecimento formal do relatório produzido por grupo do Congresso dos Estados Unidos que menciona o Brasil como local de instalação vinculada à China com capacidade de monitoramento espacial.

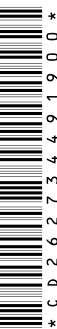
2. Se houve comunicação institucional entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores acerca do conteúdo do referido relatório, e quais providências internas foram adotadas.

3. Se o Ministério da Defesa possui informações técnicas sobre a chamada “Estação Terrestre de Tucano” e sobre a atuação da empresa Alya Space no território nacional, especificando:

- natureza das atividades desenvolvidas;
- eventual interação com infraestrutura espacial brasileira;
- grau de sensibilidade tecnológica envolvida.

4. Se houve consulta, autorização, supervisão ou avaliação técnica por parte das Forças Armadas ou de órgãos vinculados ao Ministério da Defesa quanto às atividades mencionadas.

5. e o Ministério identifica potencial de uso dual nas tecnologias empregadas nas referidas cooperações, e quais mecanismos são utilizados para mitigar riscos à segurança nacional.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

6. Se existe intercâmbio de dados, informações orbitais, rastreamento espacial ou qualquer compartilhamento que possa afetar ativos estratégicos nacionais.

7. Se houve análise quanto a possíveis impactos sobre:

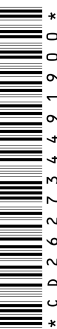
- a doutrina espacial de defesa brasileira;
- a proteção de infraestrutura crítica;
- a autonomia tecnológica do setor aeroespacial nacional.

8. Quais instrumentos jurídicos e administrativos estão em vigor para assegurar que cooperações espaciais internacionais realizadas por empresas privadas não comprometam a soberania, a defesa nacional ou o interesse estratégico do Estado brasileiro.

9. Se o Ministério da Defesa pretende adotar medidas adicionais de monitoramento, fiscalização ou aperfeiçoamento normativo diante das informações divulgadas.

JUSTIFICAÇÃO

Veiculou-se na imprensa nacional reportagem acerca de relatório produzido por grupo do Congresso dos Estados Unidos que menciona a existência, em Salvador (BA), de estrutura classificada como “instalação não oficial” vinculada à República Popular da China, com potencial capacidade de rastreamento espacial e monitoramento orbital.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Embora a empresa citada atue formalmente no setor aeroespacial com finalidades declaradamente civis, é notório que tecnologias espaciais — especialmente aquelas relacionadas a sensoriamento remoto, rastreamento orbital, telecomunicações e monitoramento — possuem natureza de uso dual, podendo apresentar aplicações estratégicas e militares.

O Brasil é signatário de tratados internacionais na área espacial, possui projetos estratégicos de defesa e infraestrutura crítica associada à soberania nacional. Nesse contexto, eventuais instalações com capacidade de monitoramento espacial em território brasileiro exigem transparência institucional e avaliação técnica sob a ótica da defesa nacional.

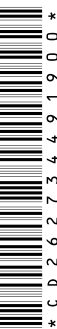
O presente Requerimento não tem por objetivo presumir irregularidades ou adotar alinhamentos geopolíticos automáticos, mas assegurar que o Congresso Nacional tenha pleno conhecimento dos impactos estratégicos de cooperações tecnológicas internacionais, especialmente quando envolvem potências estrangeiras e infraestrutura sensível.

Soberania nacional exige vigilância institucional.

Infraestrutura espacial é infraestrutura estratégica.

E segurança nacional demanda transparência.

Dessa forma, o presente Requerimento de Informação visa permitir o adequado exercício do controle externo pelo Parlamento e garantir que os interesses estratégicos do Estado brasileiro estejam plenamente resguardados..





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Sala das Sessões, em de de 2026.

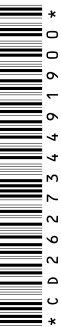
Deputado **Capitão Alden**

Apresentação: 04/03/2026 12:26:51.480 - Mesa

RIC n.415/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD262734491900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



* C D 2 6 2 7 3 4 4 9 1 9 0 0 *